

SE A ÁGUA É UM DIREITO, POR QUE TANTOS AINDA VIVEM SEM ELA?

Diôgo Rodrigues Santana

Instituto Federal do Piauí

E-mail: rodriguesdiogo454@gmail.com

Abdiel Dias dos Santos Soares

Instituto Federal do Piauí

E-mail: abdiel dias900@gmail.com

Diego da Silva Costa

Instituto Federal do Piauí

E-mail: diegosilvacosta39@gmail.com

Diego Rodrigues Vasconcelos

Instituto Federal do Piauí

E-mail: casrn.20221151mat0038@aluno.ifpi.edu.br

Adriana Rocha Silva

Instituto Federal do Piauí

E-mail: adriana.silva@ifpi.edu.br

RESUMO

O presente relato descreve a realização da oficina intitulada “Se a água é um direito, por que tantos ainda vivem sem ela?”, desenvolvida no Instituto Federal do Piauí - Campus São Raimundo Nonato, como parte da disciplina de Educação em Direitos Humanos, Diversidade e Sustentabilidade. O trabalho buscou promover a reflexão crítica sobre o direito universal à água e os desafios do saneamento no Brasil, especialmente nas regiões Norte e Nordeste. A metodologia contemplou momentos expositivos, uso de vídeos, análise de dados oficiais, dinâmicas interativas como questionamentos em blocos e o “Tribunal da Água”, além de debates mediados por plataformas digitais como o Mentimeter. Os resultados apontaram que os participantes ampliaram sua compreensão acerca da problemática do desperdício, desigualdade no acesso e responsabilidades compartilhadas entre Estado e sociedade. Conclui-se que a oficina contribuiu para a sensibilização sobre a importância da gestão sustentável da água, despertando nos estudantes a consciência de que este é um direito humano fundamental.

Palavras-chave: água; direito humano; saneamento; oficina; sustentabilidade.

1 INTRODUÇÃO

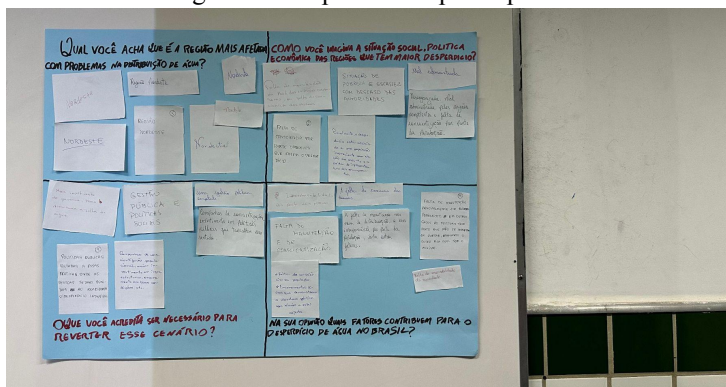
A água, elemento vital para a manutenção da vida, foi reconhecida como direito humano essencial pela Organização das Nações Unidas em 2010 por meio da Resolução A/RES/64/292, reforçando a responsabilidade dos Estados em garantir seu acesso de forma universal, segura e equitativa. No Brasil, país com grande disponibilidade de recursos hídricos, a realidade é marcada por contradições: ao mesmo tempo em que existem

abundantes mananciais, ainda persistem desigualdades severas no acesso à água potável e ao saneamento básico. Dados recentes apontam que as regiões Norte e Nordeste concentram os maiores índices de perdas e ineficiência na distribuição, refletindo desigualdades históricas, econômicas e sociais. Nesse contexto, torna-se fundamental desenvolver práticas educativas que fomentem a reflexão crítica sobre a água enquanto direito humano e sobre os obstáculos que dificultam sua efetivação. A oficina "Se a água é um direito, por que tantos ainda vivem sem ela?" foi planejada justamente com esse propósito, buscando, por meio de atividades interativas e do uso de recursos audiovisuais, estimular a consciência crítica dos estudantes, promover o debate coletivo e favorecer a compreensão das responsabilidades compartilhadas entre Estado, sociedade civil e indivíduos. O objetivo central da ação consistiu em aproximar os participantes da problemática da gestão hídrica, proporcionando-lhes instrumentos para refletir sobre a crise do saneamento, bem como sobre caminhos possíveis para a transformação desse cenário.

2 A OFICINA EM QUATRO MOMENTOS

A oficina foi estruturada em quatro momentos principais. No primeiro momento, buscou-se diagnosticar os conhecimentos prévios dos estudantes, por meio de perguntas opinativas relacionadas à distribuição e ao desperdício de água potável no país. Logo em seguida, exibiu-se um vídeo do YouTube, produzido pelo IBGE, sobre os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), com destaque para o ODS 6 - Água potável e saneamento, em especial as metas 6.1 e 6.4, que tratam do acesso universal e do uso sustentável da água. Após a exibição, os participantes foram convidados a responder a quatro questionamentos em folhas de bloco, atividade denominada "Questionamentos em blocos". As respostas foram então fixadas em um cartaz (Figura 1), permitindo uma socialização coletiva sobre as percepções do grupo.

Figura 1 - Respostas dos participantes



Fonte: Elaboração própria

No segundo momento, foi exibida uma reportagem do Jornal Nacional que evidenciava as perdas de água tratada no Brasil, destacando que quase 38% de toda a água distribuída não chega ao consumidor final em virtude de vazamentos, ligações clandestinas e falhas de gestão.

A exibição foi complementada pela apresentação de dados recentes do Instituto Trata Brasil e do Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento (SNIS), referentes ao período de 2018 a 2022. Os números revelaram que, apesar de pequenas reduções nos índices em alguns anos, as perdas ainda permanecem em patamares muito elevados, ultrapassando 37% em 2022, quando o índice recomendado pelo Ministério do Desenvolvimento Regional seria de, no máximo, 25%.

Durante a análise crítica (Figura 2), os participantes puderam comparar os índices nacionais com os regionais, percebendo que no Nordeste e no Norte os valores ultrapassam 45%, o que demonstra maior fragilidade estrutural nessas regiões. Essa disparidade reforçou a compreensão de que a crise hídrica não se limita à escassez natural, mas também está ligada a fatores como infraestrutura insuficiente, ausência de investimentos, desigualdades históricas e gestão ineficiente.

O debate destacou ainda os impactos sociais e econômicos decorrentes desse quadro: prejuízos financeiros às companhias de abastecimento, aumento no custo final para os consumidores, e agravamento das condições de vulnerabilidade em comunidades periféricas e rurais. Para os estudantes, ficou evidente que a problemática da perda de água tratada não é apenas técnica, mas também social, política e ética.

Figura 2 - Discussão sobre os dados



Fonte: Elaboração própria

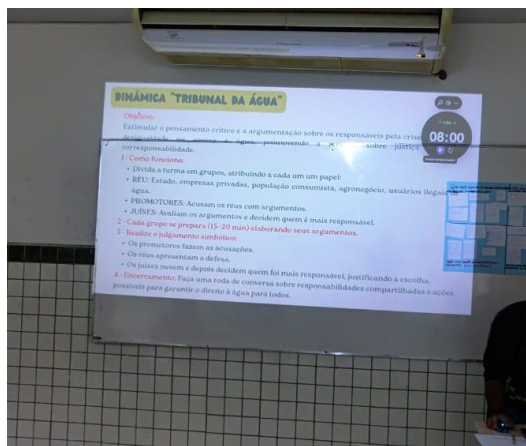
O terceiro momento consistiu na dinâmica denominada “Tribunal da Água”, elaborada como uma atividade de simulação de julgamento. Os estudantes foram divididos em grupos e assumiram papéis específicos: réus (Estado, população consumista e consumidores ilegais), promotor (responsável pela acusação) e juiz (mediador e responsável pela sentença).

A metodologia foi inspirada em práticas de ensino que utilizam jogos de papéis (role play) como recurso didático, estimulando a participação ativa dos alunos, o desenvolvimento da capacidade de argumentação e o exercício da empatia. Cada grupo recebeu um conjunto de orientações e argumentos básicos, mas também teve autonomia para elaborar suas defesas e acusações de acordo com sua compreensão do tema.

Durante a simulação, os estudantes que representaram o Estado tiveram de lidar com acusações de má gestão, desperdício e falta de políticas públicas efetivas. Já o grupo que representou a população consumista precisou reconhecer ou contestar seu comportamento de uso excessivo de água. Os consumidores ilegais, por sua vez, foram questionados sobre práticas de ligações clandestinas e furtos de água. O promotor reuniu argumentos a partir dos dados apresentados anteriormente na oficina (SNIS, Trata Brasil, IBGE), reforçando a gravidade do desperdício, enquanto o juiz ficou encarregado de organizar os turnos de fala e proferir uma decisão simbólica.

A atividade (Figura 3) favoreceu um debate dinâmico, no qual os alunos exercitaram tanto o raciocínio crítico quanto a escuta atenta das diferentes posições. Além de possibilitar a compreensão de que a crise hídrica não pode ser atribuída a um único ator social, a dinâmica contribuiu para que os estudantes percebessem a complexidade do problema, que envolve questões estruturais, culturais e éticas. Ao final, mesmo reconhecendo as responsabilidades múltiplas, prevaleceu a percepção de que a resolução do problema exige ação conjunta entre poder público, sociedade civil e indivíduos, reforçando a ideia de corresponsabilidade.

Figura 3 - Dinâmica do tribunal



Fonte: Elaboração própria

No quarto e último momento, utilizou-se a plataforma interativa Mentimeter para realizar uma enquete sobre os aspectos positivos e negativos do abastecimento de água nas comunidades dos próprios participantes (Figura 4). As respostas geraram uma nuvem de palavras, que serviu como base para discutir a realidade local, culminando na análise de uma enquete publicada no Instagram pelo Portal SRN, sobre o abastecimento de água na cidade de São Raimundo Nonato - PI. Essa etapa fortaleceu o vínculo entre a reflexão teórica e a vivência cotidiana dos estudantes, consolidando a oficina como espaço de diálogo e construção coletiva de conhecimento.

Figura 4 - Diálogo sobre as realidades dos participantes



Fonte: Elaboração própria

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

As discussões realizadas durante a oficina evidenciaram que o acesso à água, embora reconhecido como um direito humano, ainda enfrenta obstáculos significativos decorrentes da má gestão, desigualdades sociais e limitações estruturais. Os participantes puderam refletir sobre as causas do desperdício e as consequências da falta de saneamento básico, além de

reconhecer a importância do engajamento comunitário na reivindicação por melhorias. Conclui-se que a oficina contribuiu para ampliar a consciência crítica dos estudantes, fortalecendo a compreensão de que a garantia do direito à água exige políticas públicas efetivas, investimentos em infraestrutura e uma postura ativa da sociedade. Além disso, o diálogo entre dados estatísticos nacionais e relatos locais possibilitou aos participantes perceber a amplitude e a complexidade da problemática hídrica, estimulando a reflexão sobre soluções sustentáveis e contextualizadas.

REFERÊNCIAS

IBGE. **ODS #6: Água limpa e saneamento • IBGE Explica**. YouTube, 15 mar. 2017. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=ydH9YpoxpsI>>. Acesso em: 13 jul. 2025.

JORNAL NACIONAL. **Perdas na distribuição de água tratada com vazamentos e gatos chegam a 37,8%**. Globoplay, 06 jun. 2024. Disponível em: <<https://globoplay.globo.com/v/12653901/>>. Acesso em: 13 jul. 2025.

MAPALOGIA. **Onde está a ÁGUA no Brasil? MAPAS da distribuição, desafios e consumidores!**. YouTube, 13 jun. 2024. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=O3iNqKsfM-c>>. Acesso em: 13 jul. 2025.

ONU. Assembleia Geral. **Resolução A/RES/64/292**. 28 jul. 2010.

TRATA BRASIL. **Perdas de água potável (2024): desafios para o avanço do saneamento básico e para a eficiência dos serviços de água no Brasil**. São Paulo: Instituto Trata Brasil, 2024. Disponível em: <<https://tratabrasil.org.br/perdas-de-agua-2024/>>. Acesso em: 12 jun. 2025.

@PORTALSRN. **Diversas promessas foram feitas em relação à melhoria do abastecimento de água na cidade**. Instagram, 09 jul. 2025. Disponível em: <https://www.instagram.com/p/DL49SyquL_X/>. Acesso em: 13 jul. 2025.